Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA TRECENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, no Plenário do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF, SIG, Quadra 01 – Centro Empresarial Brasília, salas 316 a 322, realizou-se a Trecentésima Quadragésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou com a presença do Presidente do CSDF e Conselheiro Gestor, **Helvécio Ferreira da Silva,** da Secretária Executiva do CSDF, **Sandra de Lourdes Gomes Mendes Pinto**, dos *Conselheiros de Saúde do DF,* ***segmento gestor:*** *José Rubens Iglésias, Bárbara Berçot, Lásaro Pereira de Melo, Tiago Araújo Coelho de Sousa, Berardo Augusto Nunan;* ***segmento trabalhador:*** *Lucilene Úrsula Loriato Morelo, Bruno Metre Fernandes, Rosylane Nascimento das M. Rocha, Olga Messias Alves de Oliveira, Tiago Sousa Neiva, José Arnaldo Pereira Diniz;* ***segmento usuário:*** *Domingos de Brito Filho, Marly de Fátima B. de Araújo, Gracielly Alves Delgado, Raimundo Nonato Lima, Michel Platini Gomes Fernandes, Joel dos Santos Abreu, Luiz Carlos Macedo Fonseca, João Florêncio Pimenta.* Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, cumprimentou a todos os presentes e procedeu a abertura da RO. Foi iniciada a RO com a apresentação dos informes até que se estabelecesse o quórum suficiente para deliberação. **Informes –** A Secretária Executiva do CSDF, **Sandra Mendes Pinto**, procedeu aos informes do CSDF. Informou sobre a Plenária Popular da Região Centro-Oeste, programada para os dias 27 e 28 de março, e o DF, na região Centro-Oeste, foi escolhido, pelo pleno do Conselho Nacional de Saúde, para sediar o evento. Acrescentou que o que foi solicitado para o DF foi espaço, infraestrutura e recursos áudio visuais e salas de apoio para os trabalhos de grupo. Foram realizados dois ou três encontros com a Presidente da Câmara Legislativa do DF e que o que foi oficializado pela Secretaria Executiva do CSDF foi acatado pela CLDF. Acrescentou que esteve em reunião no Conselho Nacional de Saúde, na sexta-feira, no Encontro Nacional das Secretárias Executivas dos Conselhos de Saúde e a dificuldade foi apresentada referente ao espaço, aos recursos audiovisuais, e que se estava com uma grande dificuldade referente à alimentação, citando a situação de emergência em que o DF se encontra e que a alimentação estava sendo resolvida pela Subsecretaria de Gestão Participativa da SES-DF por meio de articulação junto à SES e o Secretário de Saúde. Informou que a previsão de participação é de 60 pessoas de Goiás, 60 pessoas de Mato Grosso do Sul, 40 pessoas de Mato Grosso e que o Tocantins está sob auditoria no estado e que não participou do encontro, mais que o DF, comportaria de 200 ou 300 pessoas. Explicou que a Plenária Popular, assim como a 19ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde que vai se realizar nos dias 13 e 14 de abril, e a 9ª Conferência de Saúde do DF, com data a ser definida, são fases preparatórias para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá em Brasília, nos dias 23 a 26 de novembro. Continuou informando que, para a Plenária do Centro-Oeste, após os encaminhamentos administrativos que já foram feitos, tem-se agora que escolher no pleno uma coordenação para o evento, uma comissão de mobilização, uma comissão de articulação da infraestrutura e uma comissão de relatoria. Disse que, em relação ao segundo evento, a 9ª Conferência de Saúde do DF, a mesa diretora discutiu com a presidência, já foi trabalhada uma minuta de Decreto, que já está pronto, e será apresentado para o CSDF hoje para ser aprovado e encaminhado ao Governador para assinatura e publicação. Disse que existe uma previsão de data para a realização da etapa do DF, dias 24 e 25 de julho de 2015. Após a publicação do Decreto convocando a 9ª Conferência, sairá uma Portaria, pelo Secretário de Saúde, onde serão publicadas as Comissões de organização. Informou que o CNS publicará a Resolução nº 500 onde descreverá o Regimento da 15ª Conferência Nacional de Saúde, e assim que forem instaladas as comissões da conferência de saúde do DF o material será entregue para discussão. Frisou que se tem que ter a infraestrutura, que é uma ação estratégica da SUGEPAR junto ao Governador, ser solicitado para os dias 24 e 25 de julho o Centro de Convenções. Informou que o CSDF já tem um

processo em andamento, disparado em outubro do ano passado, para todos os recursos de alimentação, infraestrutura para que isso seja realizado, e o processo está sendo acompanhado pela SUGEPAR. Disse que foi informado pelo CNS que o DF e Estados do Brasil terão este ano 13 conferências temáticas, todas disparadas pelo CNS. Ressaltou que a 9ª Conferência de Saúde do DF não deve ser palco de reclamações dos conselhos regionais de saúde, ela deve implementar o plano de Saúde do DF. Informou ainda que, na véspera da 15ª Conferência Nacional de Saúde acontecerá, em Brasília, o 1º Encontro Latino-americano e do Caribe de Entidades e Movimentos Sociais da Saúde, provavelmente no dia 22 de novembro. Informou que o TCDF publicou, no DODF do dia 25 de fevereiro, decisão referente ao Processo 24165/20111 que, em seu item III, alerta a SES para que o CSDF deve participar das deliberações acerca da terceirização dos serviços de saúde e da fiscalização da prestação de contas das organizações sociais. Conselheiro **Tiago Coelho** informou a realização do 1º Encontro dos Secretários de Saúde do Brasil na semana anterior. Divulgou que o CONAE está publicando uma guia de acesso à informação para gestão do SUS. Também foi apresentada na semana anterior toda a lógica da 15ª Conferência Nacional de Saúde e a apresentação feita será repassada aos conselheiros. Conselheira **Gracielly Alves** informou a realização do 1º Canta Mulher Brasília, dia 08 de março às 14h00, no Taguapark, e no dia 11 de março realizar-se-á uma mobilização nacional, na Esplanada dos Ministérios, com a principal bandeira de luta no ano de 2015, que é salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres, e se fará um seminário para falar sobre desenvolvimento das mulheres. Conselheiro **José Arnaldo** informou a reunião ocorrida no Sindicato dos Médicos a respeito do movimento sindical em defesa do serviço público, que nesta semana ocorrerão várias ações na CLDF, e se tentará uma conversa com o Governador a respeito da tentativa de remover os direitos e conquistas que os trabalhadores tiveram nos últimos anos. Comentou acerca da agenda das reuniões ordinárias do CSDF, que a mudança de datas das reuniões causa problemas de agenda do próprio cirurgião dentista, e que não se pode viver de reuniões extraordinárias. Sugeriu que se faça ou duas reuniões no mês, ou como o CNS, uma reunião de dois dias seguidos, mas o problema tem que ser resolvido. Conselheiro **Raimundo Nonato** informou que ocorrerá, dia 08 de março, na Praça do Relógio, das 13 às 18 horas, uma grande manifestação das mulheres. Lembrou o aniversário de 450 anos do Rio de Janeiro. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, registrou a presença no pleno do CSDF do Dr. **Luiz Gonzaga**, do Conselho Nacional de Saúde, que foi então convidado a sentar-se à mesa. Conselheiro **Bruno Metre** comentou acerca da situação lamentável do idoso no DF. Disse que houve um pouco de desarticulação no processo de encaminhamento dessa política, que este ano ocorrerão conferências e o DF não pode estar desatento a isso e tampouco passar pela situação constrangedora de não ter algo à altura no DF em atenção aos idosos. Solicitou a abertura de uma agenda de preocupação e de atenção à questão da saúde do idoso no DF. Conselheira **Marly de Fátima** informou o falecimento de uma paciente por dengue hemorrágica em São Sebastião e que se deslocará para lá no momento, solicitando agilidade da SES na investigação desse caso. Conselheiro **Luís Carlos** comentou acerca da falta de medicamentos nas farmácias da rede de saúde no DF. Conselheiro **Joel dos Santos** informou que se tem, nas cidades satélites, galpões dos idosos, para tratamento da saúde, atividades físicas, e a SES deve entrar nesse processo. Conselheiro **Michel Platini** informou que esta será sua última participação nas reuniões do CSDF, que sua entidade enviará nova indicação, pelo motivo que suas reinvindicações não foram atendidas a contento. Disse que nas duas últimas reuniões fez pedido para que o CSDF discutisse a prestação da Secretaria Executiva, porem a discussão não foi feita e até o momento não se tem previsão de quando ocorrerá, e não é a primeira vez que se solicita discussão e o pedido não é atendido. Continuou informando que é o seu segundo mandato como conselheiro de saúde e tinha muita expectativa de uma direção que não fosse da gestão, porem infelizmente essa gestão da mesa do Conselho encaminha as questões dos conselheiros de uma forma muito pior do que quando a gestão encaminhava, além de se frustrar por não conseguir avançar no controle social, da participação. Disse que veio de um conselho onde a composição eram dez membros e se tinha uma atuação bem mais forte. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, questionou quais foram os dois itens citados pelo Conselheiro Michel, e discordou de seu posicionamento. Lembrou que um item referenciado pelo Conselheiro Michel foi a discussão referente à Secretaria Executiva e o outro o processo referente ao parecer jurídico que culminou no Decreto 36.279 da Situação de Emergência. Esclareceu que foi deliberado pelo plenário que o tema referente à Secretaria Executiva seria posto logo após a discussão do Termo de Cooperação Técnica e o Decreto. Frisou que a Mesa não pode responder pela ausência presencial de conselheiros que não

acompanham amiúde as discussões de processos deliberados pelo pleno em que uma pauta ou outra culmine em uma cogitação que o Conselho não avança e não discute, e isso é inadmissível. Acrescentou que o Conselheiro Michel, pela sua quantidade reduzida de participação presencial nas reuniões do CSDF, não tem condições de avaliar se o Conselho avançou ou não em determinados termos. **Item 01 – Aprovação da Pauta da 344ª RO do CSDF –** Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, esclareceu que a questão referente aos contratos de segurança, alimentação e limpeza, é uma inclusão de pauta para uma reunião específica. Solicitou a inclusão do tema Absenteísmo para esta reunião, além da questão da indicação da Secretária Executiva do CSDF. A pauta da 344ª RO foi aprovada por unanimidade, com as inclusões solicitadas. **Item 02 – Apresentação e Discussão - 2.1 – Plenária Popular do Centro-Oeste –** Informes gerais, escolha de comissão organizadora, espaço físico, alimentação, mobilização e encaminhamentos. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, comentou acerca do enfoque a ser dado na discussão na Plenária Popular e na Conferência. Ressaltou que o foco central deverá ser infraestrutura, modelo de gestão e modelo de assistência. Disse não conseguir visualizar uma plenária popular com toda essa abrangência sem ter um foco central, principalmente o DF, que tem uma situação peculiar. Opinou que deve ser discutida a infraestrutura, se é adequada, suficiente, pertinente, se o modelo de gestão que aí está que e que já foi discutido e deliberado por este pleno não é adequado e pertinente, então se tem que inverter a discussão. Disse que é o momento da revisão, da reestruturação, da consolidação do SUS na SES-DF. Acrescentou que após a apresentação no pleno, pela Secretaria Geral de Administração Pública do GDF, Dra. Luciane Kozicz, do impacto financeiro do absenteísmo no DF, acredita que nunca antes no plenário do CSDF discutiu-se, sob o prisma da saúde do trabalhador, qual o impacto do absenteísmo na saúde do trabalhador. Disse que foi deliberado no pleno também que se faria uma visita ao TCDF e à CLDF posteriormente. Disse que na semana anterior foi ao TCDF, com a discussão agendada com o Presidente do Tribunal de Contas do DF, Renato Rainha, e houve uma certa surpresa por parte do Tribunal, na pessoa do seu presidente, de que esse assunto nunca foi visto, pelo próprio Tribunal, sob esse prisma, de que se o estado não protege os seus equipamentos e ferramentas, e tampouco seus agentes operacionais das suas políticas, quem vai responder. Disse que na visita ele solicitou que se peticionasse essa informação como a deliberação do CSDF para intervenção do TCDF no aspecto do Estado a questão do descumprimento do decreto 33.653 e decreto 7598 no DF. Entendeu que é necessário um formato de RH vinculado à SUGEPAR, ao próprio CSDF e à Mesa do SUS, para a viabilidade e concepção das conferências. Conselheiro **Tiago Coelho** disse que a SES está sensível aos RH para a realização das Conferências. Acrescentou, em relação à Plenária Popular, que estas são o aquecimento para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, e que se imaginou em fazer a 15ª Conferência em um molde mais enxuto, que não se chegue à Conferência Nacional com 300, 400 propostas, e para isso é necessário que a metodologia sistemática das plenárias populares sirva para se antecipar a essas discussões que serão levadas à 15ª Conferência. Conselheiro **Luís Carlos** disse que o Decreto 7508 veio solucionar e resolver o problema da saúde no País, pela criação das regiões de saúde, pelo COAPS. Conselheiro **Bruno Metre** propôs que se levasse a possibilidade da proposta de um projeto de lei popular no sentido de repensar a política fiscal com relação à saúde. Opina que a responsabilidade fiscal é importante quando tem um viés ligado à qualidade da gestão, porém não há como se falar em um modelo como o SUS tratando ele de forma igual sem um paradigma especial, pois ele é único no mundo. Disse que o importante é que seja levada ao CNS uma proposta ou moção, do pleno, para diferenciação para a Lei de Responsabilidade Fiscal quando trata da saúde, no sentido de discussão e, quiçá, uma sensibilização de todo o Congresso para uma estratégia de lei, que tramite em ritmo célere, para que se mude a questão específica da responsabilidade fiscal, única e exclusivamente em saúde. Conselheira **Gracielly Alves** disse que participou de uma discussão sobre propostas que saíram da 14ª Conferência de Saúde, e eram inviáveis para o SUS, além da questão orçamentária, que no DF sempre se enfrenta esse impasse, o que acaba dificultando o trabalho e a solução dos problemas, e defendeu que se leve à Conferência uma proposta alinhada com a resolução dessa questão. Conselheiro **Joel dos Santos** manifestou tristeza pela permanência de alguns gestores no CS nº 3, de Samambaia, citando a Lei 33.653, além de comentar acerca da falta de medicamentos e médicos na rede da SES. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, propôs que seja feita uma pauta específica, no local, acerca da questão levantada pelo conselheiro. Conselheira **Rosylane Nascimento** informou, em relação ao 33.653, que há uma proposta que está sendo avaliada com os Secretários, que a Subsecretária Luciane Kozicz está tratando e deverá apresentá-la. Esclareceu

que o número apresentado, que mostra que 48% da força de trabalho está afastada, não significa que a máquina esteja trabalhando com apenas 50% de seus servidores, mas sim que durante aquele período de estudo houve um afastamento de pelo menos um dia de 48% de seus servidores. Propôs a unificação, no DF, da política de perícia médica no DF, com vistas à padronização de todos os procedimentos. Dr. **Luiz Gonzaga** agradeceu a oportunidade e disse que em todos os momentos a Sandra e a Maura têm estado no CNS auxiliando a realização das políticas de saúde. Frisou a importância da Plenária Regional, que ela se traduz em um momento importante para, em um processo histórico, possa se chegar na 15ª Conferência Nacional de Saúde, com objetividade do ponto de vista das propostas. Citou a receptividade do Governo do DF para que se possa realizar em Brasília a mais importante conferência já realizada. Conselheiro **Tiago Neiva** manifestou receio com relação à 15ª Conferência. Defendeu a participação efetiva de todos os segmentos. Conselheiro **Tiago Coelho** apresentou aos conselheiros os eixos de discussão da 15ª Conferência e defendeu a participação efetiva de todos os setores nas plenárias populares. Conselheiro **Bruno Metre** propôs a criação de um grupo para proposição de um projeto de lei popular para diferenciação da política de saúde. Dr. **Luiz Gonzaga** sugeriu que a proposta seja levada para o CNS. Conselheiro **José Rubens** chamou a atenção para que se foque no específico, ao invés do genérico, e a gestão assim é historicamente penalizada. Comentou que se discute muito de forma ideológica, deixando de discutir as coisas de forma prática. Ficou muito contente quando se colocou três eixos, e depois o quarto, que seria o que ele iria sugerir, norteadores da discussão no DF, que foram a infraestrutura para o SUS, o modelo de gestão, que sugeriu que seja alterado para modelos de gestão, para que não se fale somente de um modelo, mas também de modelos alternativos de gestão, modelos de assistência-atenção à saúde e financiamento do SUS. Também julgou importante que se tenha o conhecimento do processo de montagem do orçamento, que é dado ao gestor e que engessa o gestor para a execução das práticas necessárias para dar uma qualidade na saúde da população. Opinou que se tem que aprofundar um pouco mais no conhecimento da máquina de gestão, para assim descobrir como o CSDF pode colaborar para ajudar a gestão a superar aquilo que obstrui a boa qualidade na atenção. Conselheiro **João Florêncio** comentou acerca da situação dos conselheiros usuários para discussão de assuntos específicos. Manifestou opinião que os usuários não são qualificados para discutir os assuntos que são colocados muito tecnicamente, e que os gestores e trabalhadores têm muito mais condições de análise dos assuntos pautados no pleno. Disse que o Conselho precisa rever todo esse comportamento e qualificar os conselheiros usuários, para que estes não sejam apenas homologadores das decisões. Conselheiro **Tiago Neiva** lembrou a sua proposta de criação das câmaras técnicas, durante a última Conferência Distrital de Saúde. Lamentou que as decisões referentes ao Planejamento Estratégico Democrático e Situacional, que foi o evento capitaneado pela Dra. Gislene, não tenham avançado em nada, as propostas ali feitas morreram na praia. Questionou ao pleno se vai continuar a se discutir e tomar decisões riquíssimas e depois jogá-las na lata do lixo, pelo próprio gestor. Conselheiro **Luís Carlos** manifestou preocupação com a fala do Conselheiro Pimenta, considerando que a qualificação se dá com o posicionamento do próprio conselheiro, através da busca da qualificação didática e frisou que as relações devem ser recíprocas com a gestão participativa. Conselheira **Olga Messias**, em resposta ao Conselheiro Pimenta, disse que o gestor está em um momento de grandes e radicais decisões, porém é o usuário quem deve nortear e fornecer as informações para a gestão. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, colocou que as falas já atingiram o item 2.2, e então encaminhou, no que tange à Comissão Organizadora, em agregar recursos humanos à SUGEPAR para que se possa definir a responsabilidade de cada grupo. Entendeu que se têm cinco pontos focais de discussão a partir da Conferência Regional Popular, que são os modelos de gestão, modelo de assistência, infraestrutura, financiamento e gestão estratégica. Conselheiro **Tiago Coelho** fez um ajuste, em vez de modelo de assistência, modelo de atenção. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, citou então os pontos focais para votação: 1) Gestão Estratégica e Participativa; 2) Infraestrutura de serviços; 3) Modelos de Gestão; 4) Modelos de Atenção; 5) Financiamento. Aprovada a resolução por unanimidade. Encaminhou a composição da Comissão da Conferência de forma paritária. A Secretária Executiva do CSDF, **Sandra Mendes Pinto**, efetuou a leitura da minuta do Decreto de Convocação para a 9ª Conferência de Saúde do DF. Conselheiro **Tiago Coelho** solicitou que se referencie o Decreto de Convocação da 15ª Conferência de Saúde no caput da minuta. Acatada a sugestão. Passou-se à definição da Secretária Geral e Relator Geral. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, sugeriu que se traga a indicação dos nomes para a composição das comissões na próxima reunião extraordinária do CSDF, a se realizar no dia 10 de

março. Aprovada a sugestão por unanimidade. Conselheira Olga Messias foi eleita Secretária Geral. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, apresentou o item seguinte, sobre **Absenteísmo**. Explicou que a inclusão de pauta deve-se à reunião com o TCDF, o impacto financeiro apresentado no orçamento do DF em função do absenteísmo, pois o que se discute hoje, encaminhamento dos trabalhadores principalmente, é que há uma aparente falência do Estado no que tange aos seus agentes operacionais, e não é um absenteísmo enquanto estatística, mas no aspecto de uma leniência pública do Estado para com o seu quadro de recursos humanos. Disse que é inadmissível se discutir saúde pública de qualidade quando os trabalhadores, agentes operacionais, efetivos do próprio serviço, não tem assegurado para si um aparato do estado para tratamento, prevenção e do resgate da saúde dessas pessoas. Destacou que se apresenta 427 milhões de impacto no orçamento do DF, referente às áreas, salvo engano, de educação e saúde. Continuou comentando que esse cenário que se apresenta hoje no DF, no que tange a uma interposição do Ministério Público, de suspensão inclusive de direitos acordados, negociados, aprovados e publicados, cria uma tensão na área de serviços de saúde e educação. Frisou que essa discussão não é apenas uma questão de denúncia, mas uma discussão para que haja uma intervenção real que resolva isso, e não interessa para o Estado os seus agentes operacionais doentes, e menos ainda para o usuário. Disse que já houve uma reunião na Câmara e essa pauta foi apresentada, foi entregue e essa discussão precisa ser feita. Opina que não dá para passar a culpa do cenário atual para os trabalhadores. Informou que no período da tarde ocorrerá uma reunião com a diretoria do Sindicato dos Professores, para tratar desse tema. Disse que é necessária uma pactuação entre os três segmentos - gestores, trabalhadores e usuários - para que se resolva essa questão e se busque a efetividade do serviço público. Lembrou a discussão pautada no CSDF em novembro e dezembro, por conta da questão do Subsaúde, em que se tem um apartamento de ações referenciadas no DF, a política é diferenciada, da educação para a saúde e segurança pública no tocante à saúde do trabalhador, porém a questão enquanto trabalhadores é a mesma. Disse que foi aprovada no CSDF a integralidade da política de saúde do trabalhador, a política de saúde do trabalhador do SUS-DF, a Conferência de Saúde do Trabalhador começou basicamente cobrando a efetividade do Decreto 33.653, e subsequente a questão do Decreto 7508 que estabeleceu a porta aberta, o acesso especial em que nunca houve vedação na saúde do trabalhador no SUS, mas havia a cultura que era privilégio atender ao trabalhador do SUS na questão do SUS diferenciado, porém hoje se tem no artigo 2º, do Decreto 7508, inciso VII, e no artigo 9º, que define o acesso especial para o trabalhador que tem sua saúde acometida de agravos em virtude da atividade laboral. Destacou que no DF se torna mais grave porque dois terços da força de trabalho são do gênero feminino, que tem tríplice jornada e uma atividade laboral muito mais extensa do que os homens. Disse que a questão impacta nos modelos de gestão, modelos de assistência, financiamento e estratégia. Conselheiro **Bruno Metre** propôs uma moção no sentido de garantia da manutenção do pagamento dos servidores, considerando a decretação da situação de emergência, a segurança pública, a manutenção dos serviços públicos essenciais e o princípio da dignidade humana. Conselheiro **Luís Carlos** fez comentários acerca da complexidade do assunto abordado. Propôs, caso ocorra a centralização das perícias médicas, que seja em um local único, além da criação de uma comissão interdisciplinar para estudo dos casos e efeitos do absenteísmo e suas vertentes. Conselheiro **Joel dos Santos** comentou acerca do DISAT e do CEREST, que realmente atendiam o trabalhador do DF, porém a gestão designou o atendimento somente aos servidores da saúde nestes locais. Mostrou-se favorável à unificação do atendimento nestes centros. Conselheira **Olga Messias** frisou que a unificação citada anteriormente pela Conselheira Rosylane refere-se à política de saúde, e não suas unidades físicas ou o serviço. Ressaltou que o médico que fornece atestado médico falso é fiscalizado também pelo CRM. Conselheira **Rosylane Nascimento** comentou que o atestado médico é emitido por profissional médico que deve ocorrer denúncia com relação aos falsos atestados médicos. Continuou explicando que o servidor passa por uma perícia médica e ali é diagnosticado se aquele caso trata-se de um atestado gracioso ou falso e o médico também tem a obrigação ética de fazer a denúncia ao Conselho. Paralelamente a isso, pensando-se na integração da política, tem a questão da prevenção e promoção da saúde e da reabilitação do servidor, que a perícia vai poder encaminhar para o setor que trata da saúde do servidor. Opinou que é inadmissível ouvir, dentro do Conselho, que o caos é culpa do médico. Explicou que o médico é um integrante de uma equipe que trata da saúde do indivíduo, que o médico sozinho não faz nada, frisando que é necessária toda uma equipe. Comentou, ainda, que não se tem uma política de gestão com pessoas que evite ou previna o adoecimento das pessoas. Conselheiro **Tiago Neiva** complementou as

informações explicando que há causas concorrentes para o absenteísmo elevado. Destacou que a Conselheira Rosylane fez uma proposta que de alguma maneira o Conselho tem que, formalmente, levar à gestão, se já não foi levada. Continuou informando que uma das propostas está se aguardando até agora a decisão do governo, que é a unificação das perícias, e a segunda referente à estudos e pesquisas, o que também se está aguardando resposta do governo. Conselheira **Gracielly Alves** comentou acerca da generalização conceitual da saúde, acrescentando que todas as categorias são importantes. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, comentou sobre a sua expectativa a respeito da discussão do tema. Lembrou que foi aprovada no pleno que a estrutura do DISOC não atende à necessidade do servidor no que tange à saúde, que a gestão deveria estabelecer uma discussão referente ao papel dessa diretoria. Constatou que ela sempre esteve em um erro crasso, que não pode uma diretoria de saúde ocupacional estar vinculada à SUGETES, mas sim à assistência, na SAS ou na Gestão Estratégica. Frisou que o que ora é discutido é o cumprimento da agenda estabelecida pelo pleno na discussão do absenteísmo e suas consequências econômico-financeiras e sociais. Disse que agora é o momento ideal para se buscar a conformidade, o cumprimento do Decreto 33.653, a definição e implementação dos núcleos regionais de saúde do trabalhador, frisando que essa é a pauta, e não discutir quem deu atestado "a" ou "b". Lembrou que a pauta de hoje é a questão do aspecto formal do CSDF junto ao TCDF, até o aspecto da redação, se é uma recomendação, ou uma informação ao Tribunal, que não há o cumprimento efetivo do Decreto 33.653, tampouco do 7508, que há um prejuízo ao erário e a sociedade e alguém tem que responder por essa efetividade. Disse que não se pode esquecer que existe um lapso temporal a ser definido, a partir de 2011 quando da paridade estabelecida neste Conselho e o seu poder deliberativo, que não percebe o Conselho apenas como homologador. Pautou a questão da saúde do trabalhador na SES, qual o destino do antigo DISOC e a composição da equipe hoje referente à saúde do trabalhador. Conselheira **Rosylane Nascimento** propôs, apenas como uma questão de melhor entendimento, a separação entre servidor e trabalhador, pois quando se coloca saúde do trabalhador está se envolvendo os trabalhadores em geral e servidor público. Explicou que uma coisa é a prevenção e outra é assistência, que o GDF tem que ter uma dotação orçamentária para a prevenção do seu empregado, que é o servidor, e essa não se confunde com o SUS. Disse que o CEREST existe para atender o trabalhador em geral e os autônomos, e não os servidores. Propôs, ainda, que os responsáveis pelo SEGAD venham ao CSDF para apresentação de sua política. Conselheiro **Bruno Metre** solicitou esclarecimento sobre os pontos específicos do questionamento ao TCDF. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, esclareceu que o Presidente do Tribunal de Contas deu várias entrevistas caracterizando a má gestão da saúde, propondo auditoria na folha de pagamento dos servidores, etc. e que se está colocando a culpa da atual situação no servidor. Disse que nunca nenhum conselho regional ou estadual estabeleceu uma discussão nesse nível com os órgãos de controle de contas. Opinou que o gestor público deve ser responsabilizado pela não execução de recursos, pela leniência em sua aplicação. Finalizou esclarecendo que o termo do documento é exatamente a notificação que existe o prejuízo e dano e zero de intervenção no sentido de correção do prejuízo, e que alguém responda por isso. Conselheiro **Luís Carlos** explicou sua solicitação de unificação feita anteriormente, que a unificação não se dá somente nas perícias, mas também internamente, na própria estrutura da SES. Continuou dizendo que tem que se realizar um levantamento de todas as atribuições dos órgãos que tratam do mesmo assunto e, de posse disso, fazer um único estudo e centralizar. Fez a sugestão de se formar uma comissão interdisciplinar de causas e efeitos do absenteísmo e de suas vertentes. Conselheiro **José Arnaldo** solicitou que seja reafirmada a permanência da falta de investimento na saúde do trabalhador. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, questionou se a recomendação proposta pelo Conselheiro Bruno Metre deve ser geral ou específica, sendo respondido que deve ser de forma geral. Foi verificado o quórum e, presentes quinze conselheiros, foi colocada em votação a recomendação da manutenção da integralidade das negociações econômicas com as categorias profissionais do DF. Aprovado por unanimidade. Passou-se então ao próximo ponto da pauta, a inclusão solicitada pelo Conselheiro Michel Platini, sobre a **Secretaria Executiva do CSDF**. Conselheiro **Michel Platini**, em sua exposição, deixou claro que não tem nada contra a atual Secretária Executiva do CSDF, Sandra Mendes Pinto, e tampouco em relação à equipe do CSDF. Disse que queria que o pleno discutisse a indicação da Secretária Executiva e que a divergência apresentada por ele relaciona-se com a condução do processo. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, respondeu ao Conselheiro Platini, que toda a questão de pauta, no que tange à pertinência, relevância e tempestividade e a precedência, a Mesa tem

analisado e submetido ao pleno. Esclareceu que quando a solicitação foi posta ao pleno, a discussão em curso tinha uma pertinência e relevância suprema, que era a questão do TAS e a agenda estratégica do CSDF, e em nenhum momento nenhum conselheiro pautou, na conformidade do Regimento, a questão ora suscitada. Efetuou a leitura, no Regimento Interno do CSDF, da parte referente à indicação da Secretária Executiva do CSDF. Acrescentou que em nenhum momento houve oposição desta pauta na conformidade do Regimento. Conselheiro **Bruno Metre** frisou a naturalidade da discordância entre partes, porém preservando o respeito mútuo. Questionou se alguém obsta a questão da indicação da Secretária Executiva Sandra Mendes Pinto. Conselheira **Úrsula Loriato** fez um breve histórico das indicações das Secretárias Executivas no CSDF. Disse que, à época da indicação da atual Secretária Executiva, apoiou informalmente, juntamente com vários conselheiros, o nome da Sandra para ocupar a Secretaria Executiva do CSDF. Conselheira **Gracielly Alves** explicou seu posicionamento referente à Secretária Executiva do CSDF. Sugeriu a realização de um ato em homenagem à Secretária Executiva anterior, Ivanda Martins, e opinou que a entrada da Sandra qualificou um pouco mais o trabalho. Conselheiro **Joel dos Santos** deixou claro que a atual Secretária Executiva, Sandra Mendes Pinto, tem feito um trabalho decisivo na questão do usuário. Conselheiro **Luís Carlos** disse que não está em pauta discussão sobre nomes, mas sim a indicação da SES sem consulta ao pleno. Citou o Regimento Interno do CSDF e questionou se existe a proposição de se vetar a Secretária Executiva, por parte do Conselheiro. Conselheiro **Michel Platini** justificou suas colocações, dizendo que as discussões devem ser levadas ao pleno pela Mesa Diretora, pois os conselheiros deverem saber o que está acontecendo. Conselheiro **Tiago Neiva** propôs um elogio para a Secretária Executiva Sandra Martins Pinto e a equipe técnica do CSDF. Conselheiro **Raimundo Nonato** lembrou o momento que se passava à época da indicação, a transição do novo governo. Conselheiro **Tiago Coelho** deixou registrado que o Secretário de Saúde, quando da sua indicação pelo Governador, teve um zelo muito grande pelo CSDF, e ouviu a Mesa Diretora a respeito do que estava acontecendo no Conselho, para a indicação e manutenção do bom andamento dos trabalhos. Conselheiro **Helvécio Ferreira da Silva**, Presidente do CSDF, disse que em nenhum momento foi pautada, pelo Conselheiro Michel Platini, uma questão de veto à Secretária Executiva do CSDF, não cabendo assim nenhum reparo à situação ora encontrada. A 344ª RO do CSDF foi encerrada às 13h02min. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 03 de março de 2015.

HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA
Presidente do CSDF

SANDRA DE LOURDES GOMES MENDES PINTO
Secretária Executiva do CSDF

JOSÉ RUBENS IGLÉSIAS
Conselheiro suplente - Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde do DF

BÁRBARA BERÇOT
Conselheira titular - Fundação Hemocentro de Brasília

LÁSARO PEREIRA DE MELO
Conselheiro titular – Hospital das Forças Armadas

TIAGO ARAUJO COELHO DE SOUSA
Conselheiro titular - Subsecretário de Gestão Estratégica e Participativa

BERARDO AUGUSTO NUNAN
Conselheiro titular - Subsecretário de Atenção Primária à Saúde

LUCILENE ÚRSULA LORIATO DE MELO
Conselheira titular - Sindicato dos Enfermeiros do DF

BRUNO METRE FERNANDES
Conselheiro suplente - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – 11ª Região

ROSYLANE NASCIMENTO DAS M. ROCHA
Conselheira suplente – Associação Médica de Brasília

OLGA MESSIAS ALVES DE OLIVEIRA
Conselheira titular - Associação dos Profissionais de Saúde Pública do DF

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular - Sindicato dos Médicos do DF

JOEL DOS SANTOS ABREU
Conselheiro suplente - Associação dos Inquilinos em Busca de um Teto em Samambaia / DF

DOMINGOS DE BRITO FILHO
Conselheiro titular - Pastoral da Saúde da Arquidiocese de Brasília

MARLY DE FÁTIMA B. DE ARAÚJO
Conselheira titular – Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase

JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA
Conselheiro suplente – Associação dos Aposentados e Pensionistas do DF e Entorno

GRACIELLY ALVES DELGADO
Conselheira titular - Federação de Mulheres do Distrito Federal e Entorno

RAIMUNDO NONATO LIMA
Conselheiro titular - Associação Esportiva, Cultural e Social de Estruturação – Grupo LGBTT

MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES
Conselheiro titular - Sindicato dos Trabalhadores Intérpretes, Guias-Intérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais do DF